



# BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.

CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar  
Porto Alegre/RS

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Parceiros e Colaboradores

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Bem Promotora") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### Foco de Atuação

A Companhia atua na prestação de serviços de crédito de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil em 24 de fevereiro de 2011.

Em 2021, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados, mediante o subestabelecimento de correspondentes no País e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias. A Companhia ainda manteve atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A..

### Destaques do Ano

O ano de 2021 foi de grandes realizações apesar dos desafios ainda impostos pela pandemia da COVID-19. Ao longo do exercício, a Administração focou os esforços na execução das ações do planejamento estratégico que tem como objetivo principal as pessoas e a inovação em processos e tecnologia. Os investimentos em tecnologia envolvendo infraestrutura e desenvolvimento de sistemas atingiram o montante de R\$ 7,4 milhões (R\$ 7,1 milhões em 2020). Os investimentos na qualificação constante dos colaboradores e em ações de *endmarketing* chegaram ao patamar de R\$ 722 mil (R\$ 470 mil em 2020). Ao total, em 2021, foram 1.495 treinamentos realizados, montando um total de 9.268 horas de treinamento.

Disponibilizada ao mercado de correspondentes em 2020 para negociação dos produtos crédito consignado e cartão de crédito consignado, a plataforma Venda 4.0 recebeu em 2021 80% das originações realizadas pela rede de lojas e correspondentes subestabelecidos em todo o País. Em 2021 a plataforma recebeu R\$ 2,2 milhões em novos investimentos, com o objetivo de acompanhar a evolução do produto de Crédito Consignado, oferecer soluções diferenciadas e melhorar ainda mais a experiência dos usuários e parceiros da Bem.

Em 2021, 63% das propostas originadas pela rede de lojas e correspondentes subestabelecidos foram formalizadas através de assinatura eletrônica, sendo que em dezembro de 2021 este percentual foi de 92%, contribuindo assim com o aumento da eficiência e segurança do processo de formalização e com a sustentabilidade das operações da Bem. O BemApp, a plataforma *mobile* da Bem Promotora, recebeu em 2021 R\$ 700 mil em novos investimentos, e permanece sendo constantemente melhorado e atualizado para acompanhar as evoluções do mercado.

A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi e não será afetada em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia e ferramentas de colaboração, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal, e forneceu ajuda de custo para auxiliar os colaboradores com os gastos adicionais decorrentes do isolamento social. O isolamento imposto pela pandemia consolidou o modelo de trabalho remoto que já vinha sendo praticado pela Companhia desde 2019. Neste contexto, a Administração investiu na qualificação dos modelos de gestão e em ferramentas que auxiliam os gestores e as equipes no gerenciamento das atividades

operacionais, garantindo que as entregas sejam realizadas com qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. Com relação à atuação da rede de lojas, a Companhia atuou normalmente nos seus 31 pontos de vendas, sempre mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. A originação de operações de crédito consignado não sofreu impactos relevantes em decorrência da pandemia, o que permitiu que a Companhia realizasse uma receita líquida superior à receita realizada em 2020 e alinhada com a previsão orçamentária do período. Na linha das despesas, a Administração reavaliou a estrutura física dos escritórios administrativos, iniciando um processo de modernização e adequação dos espaços às necessidades do novo formato de trabalho instalado. Reavaliou os contratos firmados com os principais fornecedores, renegociou contratos de aluguel e reduziu significativamente as despesas de consumo. Os avanços tecnológicos com foco na jornada dos clientes e dos colaboradores, aliados aos investimentos em capacitação também contribuíram para o ganho de eficiência e aumento da segurança na análise das informações. Estes fatos permitiram que a Companhia, mesmo diante de todas as adversidades impostas pela pandemia, mantivesse os empregos e a sustentabilidade econômica e financeira.

Em 2021, a Bem Promotora novamente participou da pesquisa *Great Place to Work*. A pesquisa aplicada pelo instituto contou com a participação de 95% dos colaboradores (98% em 2020), cujo nível de satisfação registrado foi de 88% (89% em 2020), o que permitiu que a Bem Promotora fosse premiada entre as melhores empresas de médio porte para trabalhar no Rio Grande do Sul, atingindo o *ranking* de 26º lugar, e no Rio de Janeiro, no *ranking* de 29º lugar. Além disso, em 2021, a Bem Promotora também foi premiada na 17ª posição do *ranking* de melhores empresas para se trabalhar na categoria Mulher, o que enche a todos os colaboradores de orgulho.

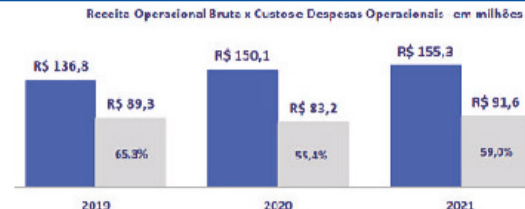
Ainda em 2021, a Bem Promotora lançou a terceira edição da "Revista 20/30 | Tendências para a Década", com um editorial focado na inovação, *marketing*, soluções sustentáveis e as engrenagens do mundo.

### Desempenho nos Negócios

Em 2021, a Companhia manteve o crescimento de produção de crédito consignado. No acumulado dos 12 meses foram 1,4 milhões de propostas de crédito processadas, no montante de R\$ 16,5 bilhões. Deste total, foram efetivados 577 mil contratos, alcançando o patamar de produção de R\$ 7,06 bilhões de financiamento de operações de crédito consignado.

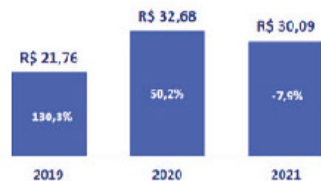


O crescimento dos níveis de originação refletiu no aumento da carteira de operações de crédito consignado, base da principal fonte de receitas da Companhia. Em 2021, a receita operacional bruta da prestação de serviços alcançou o montante de R\$ 155,3 milhões e os custos e despesas operacionais do exercício montaram R\$ 91,6 milhões (59% da receita operacional bruta).



A Companhia encerrou 2021 com lucro líquido de R\$ 30,09 milhões e um patrimônio líquido de R\$ 46,3 milhões (R\$ 54,5 milhões em 2020).

### Resultado do Exercício - em milhões



### Estrutura Operacional

Com sede em Porto Alegre/RS, a Companhia possui atualmente 31 lojas próprias, sendo 13 lojas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro, 498 correspondentes subestabelecidos e 384 colaboradores atuantes nas áreas administrativas e comerciais.

Em 2021, a Administração manteve os investimentos direcionados para a infraestrutura e o desenvolvimento de novas tecnologias, e considera que a estrutura operacional instalada permite a continuidade e o crescimento dos negócios da Companhia a curto e médio prazo.

### Governança Corporativa

A Companhia possui uma área específica para tratar dos processos de Governança Corporativa, aprimorando assim os processos decisórios da Administração. A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva. O Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos pela Assembleia Geral, é de funcionamento permanente e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em Lei.

### Relacionamento com os Auditores Independentes

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem nos padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve gerar conflitos de interesses de seus clientes. A Deloitte é a empresa contratada para os serviços de auditoria externa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, prestando exclusivamente os serviços para os quais foram contratados, não realizando, portanto, quaisquer outros serviços que eventualmente podem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação ao seu trabalho. Os serviços de auditoria externa do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram prestados pela KPMG.

### Agradecimento

Para finalizar, agradecemos a confiança de nossos Acionistas, Conselheiros, Parceiros e Colaboradores, reiterando o nosso compromisso permanente de promover uma administração voltada para um crescimento empresarial sólido e sustentável.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa		1.391	887	1.477	938	Obrigações com fornecedores	3.324	2.971	3.328	2.973	
Aplicações financeiras	4	31.076	44.584	32.856	45.482	Obrigações fiscais e previdenciárias	3.942	3.671	3.995	3.695	
Contas a receber		63	67	139	123	Obrigações trabalhistas	6.000	5.361	6.022	5.363	
Impostos a compensar	5	4.537	1.705	4.554	1.711	Obrigações com partes relacionadas	2.111	3.056	2.111	3.056	
Valores a rec. correspondentes	6 a; 16.1	159	138	159	138	Provisão para indenizações contratuais	15.2	10.014	10.014	4.811	
Outros créditos diversos		714	445	481	218	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	11	1.700	-	1.700	
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	5.848	-	5.848	-	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	4.914	-	4.914	
Depósitos em garantia		56	33	56	33	Passivo e Encargos de Arrendamento	16.2	1.628	1.257	1.628	1.257
Depósitos Judiciais Trabalhistas	11 b	3.755	-	3.755	-	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>33.633</b>	<b>21.127</b>	<b>33.712</b>	<b>21.155</b>	
Despesas antecipadas		2.043	1.811	2.050	2.166	<b>Não circulante</b>					
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>49.642</b>	<b>49.670</b>	<b>51.375</b>	<b>50.809</b>	Outras obrigações com partes relacionadas	16.2	-	2.022	-	2.022
<b>Não circulante</b>						Passivo e Encargos de Arrendamento	16.2	1.742	1.708	1.742	1.708
Ativo fiscal diferido	10.1	10.808	13.234	10.808	13.234	Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	11	3.813	8.018	3.813	8.018
Depósitos em garantia		113	92	113	92	Provisões para riscos trabalhistas decorrentes de processo arbitral	11	5.335	12.394	5.335	12.394
Depósitos Judiciais Trabalhistas	11 b	2.571	5.427	2.571	5.427	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>10.890</b>	<b>24.142</b>	<b>10.890</b>	<b>24.142</b>	
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	6 b	5.335	12.885	5.335	12.885	<b>Total do passivo</b>	<b>44.523</b>	<b>45.269</b>	<b>44.602</b>	<b>45.297</b>	
Despesas antecipadas		311	525	311	171	<b>Patrimônio líquido</b>					
Investimentos	7	1.656	759	-	-	Capital social	26.097	26.097	26.097	26.097	
Imobilizado	8	7.635	7.293	7.637	7.295	Reserva legal	5.094	3.590	5.094	3.590	
Intangível	8	9.516	7.082	9.516	7.082	Reserva para investimento	2.753	6.543	2.753	6.543	
Direitos de uso		3.216	2.827	3.216	2.827	Lucros à disposição da Assembleia Geral	12.336	18.295	12.336	18.295	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>41.161</b>	<b>50.124</b>	<b>39.507</b>	<b>49.013</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>46.280</b>	<b>54.525</b>	<b>46.280</b>	<b>54.525</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>90.803</b>	<b>99.794</b>	<b>90.882</b>	<b>99.822</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>90.803</b>	<b>99.794</b>	<b>90.882</b>	<b>99.822</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	30.092	32.677	30.092	32.677
<b>Resultado abrangente total atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>30.092</b>	<b>32.677</b>	<b>30.092</b>	<b>32.677</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros				Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido - Controladora e Consolidado
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Investimentos	Lucros à disposição da Assembleia Geral		
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>26.097</b>	<b>1.956</b>	<b>2.409</b>	<b>43.042</b>	-	<b>43.042</b>
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(8.908)	-	(8.908)
Constituição de reservas de lucros	-	-	4.134	(4.134)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.677	32.677
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.634	-	-	(1.634)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(12.748)	(12.748)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	18.295	(18.295)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>26.097</b>	<b>3.590</b>	<b>6.543</b>	<b>18.295</b>	-	<b>54.525</b>
Distribuição de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(12.085)	-	(12.085)
Constituição de reservas de lucros (Nota Explicativa nº 12.2)	-	-	6.210	(6.210)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.092	30.092
Distribuição de dividendos à conta das reservas de lucros	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.504	-	-	(1.504)	-
Dividendos intermediários pagos (Nota Explicativa nº 12.3)	-	-	-	-	(16.252)	(16.252)
Resultado à disposição da Assembleia Geral	-	-	-	12.336	(12.336)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>26.097</b>	<b>5.094</b>	<b>2.753</b>	<b>12.336</b>	-	<b>46.280</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

#### 1. Contexto operacional

A Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Companhia") atua na prestação de serviços de gestão e originação de créditos de terceiros, tendo como foco a recepção e encaminhamento de propostas de crédito, serviços de coleta de informações cadastrais e de documentos, controle e processamento de dados, cobrança extrajudicial de crédito e gestão de operações de crédito, na forma da Resolução nº 3.954, emitida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 24 de fevereiro de 2011. A Companhia é controlada pelos acionistas AMCM Participações Ltda. e RSR Participações Societárias Ltda. Em 2021, a Companhia manteve seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação e gestão de carteira de empréstimos consignados ao seu acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), mediante o subestabelecimento de correspondentes no país e através da estrutura física e operacional da sua rede de lojas próprias, e na atuação no mercado de corretagem de seguros através da subsidiária Bem Corretora de Seguros S.A.. A Administração avaliou que a continuidade operacional da Companhia não foi afetada em decorrência da pandemia da COVID-19. Os investimentos realizados na qualificação do quadro de pessoal e no desenvolvimento e implementação de tecnologias, permitiram que a Administração implementasse ações rápidas para conter a propagação do vírus, mantendo os colaboradores e clientes em segurança e garantindo a continuidade das operações da Companhia. Dentre estas ações, a Companhia antecipou investimentos na aquisição de equipamentos de tecnologia, viabilizando o trabalho *home office* para todos os colaboradores, intensificou os procedimentos de higienização dos ambientes administrativos e comerciais, e realizou campanhas internas de conscientização e de cuidados com a higiene pessoal. Com relação a atuação da rede de lojas, a Companhia voltou a operar fisicamente nas localidades onde a propagação do vírus já estava mais controlada, mantendo os procedimentos de limpeza e o controle do fluxo presencial de colaboradores e de clientes nas lojas. A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de

continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. A originação de operações de crédito consignado não sofreu impactos relevantes em decorrência da pandemia, o que permitiu que a Companhia realizasse uma receita líquida superior à receita realizada no mesmo período de 2020 e alinhada a receita líquida prevista no orçamento 2021. Na linha das despesas, a Administração reavaliou os contratos firmados com os principais fornecedores, renegociou contratos de aluguel, e reduziu significativamente as despesas de consumo, tais como viagens, materiais, entre outras. Estes fatos permitiram que a Companhia, mesmo diante de todas as adversidades impostas pela pandemia, mantivesse seu fluxo de caixa e a manutenção dos empregos. Adicionalmente, os efeitos da pandemia não impactaram significativamente na expectativa de vida útil dos ativos imobilizado e intangível, e na expectativa de recuperabilidade dos ativos financeiros e de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social.



»»» Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 24 de fevereiro de 2022. As práticas contábeis adotadas pela Companhia no ano de 2021, estão em linha com as práticas contábeis adotadas no ano de 2020.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas pelo valor justo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.2. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio de diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações, realizações de créditos tributários, assim como a análise de riscos para determinação de provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) e passivos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

**2.5. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de crédito esperadas; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas; • Nota Explicativa nº 8 - Imobilizado e Intangível: vida útil estimada dos ativos imobilizados e intangíveis; • Nota Explicativa nº 10.2 - Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social: disponibilidade de lucro tributável futuro em montante suficiente para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas; • Nota Explicativa nº 11 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Nota Explicativa nº 15.2 - Provisão para indenizações contratuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das perdas estimadas. **2.6. Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir. De acordo com o que orienta o CPC 36 (R3), as demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas de forma consolidada com as demonstrações financeiras da sua subsidiária integral, a Bem Corretora de Seguros S.A. ("Controlada"). Na consolidação das demonstrações financeiras, os saldos e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados. O saldo de investimentos em controladas existente no balanço da Companhia é eliminado com o saldo do patrimônio líquido da Controlada, considerando que a Companhia possui 100% de participação no capital social da Controlada. **2.7. Reclassificações para melhor apresentação das demonstrações financeiras:** Considerando o tempo para o julgamento das sentenças relacionadas aos processos civis e trabalhistas, para uma melhor apresentação das estimativas de exigibilidade destas ações judiciais, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia alterou a classificação das provisões para contingência para o passivo não circulante. Da mesma forma, o ativo constituiu para registrar a parcela dessas provisões das quais a Companhia tem direito de reembolso conforme decisão arbitral (Notas Explicativas nº 11 e nº 18) também foi reclassificado para o ativo não circulante nesta mesma data, visto que o efetivo reembolso ocorre ao final do processo. Uma vez que o tempo estimado para julgamento dos processos em 31 de dezembro de 2020 também era superior a 12 meses, a Companhia reapresentou os saldos destas rubricas em 31 de dezembro de 2020 para o passivo não circulante e ativo não circulante, respectivamente. Também para uma melhor divulgação das demonstrações financeiras, os depósitos judiciais relacionados aos processos judiciais trabalhistas em 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais trabalhistas" e não mais reduzindo o montante das provisões passivas. Esta alteração na forma de apresentação também está sendo realizada no saldo de 31 de dezembro de 2020, visando a comparação pelos usuários das demonstrações financeiras. Desta forma, os valores correspondentes do período anterior, apresentados para fins de comparação, foram alterados e estão sendo representados para refletir as reclassificações nas linhas de (i) Valores a receber decorrentes de processo arbitral, (ii) Provisões para riscos trabalhistas, e (iii) Depósitos judiciais conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2020	Reclassificação	2020	Reclassificação
<b>Circulante</b>				
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	12.885	(12.885)	12.885	(12.885)
Outros ativos circulantes	49.670	-	49.670	-
<b>Não circulante</b>				
Depósitos em garantia outros	406	(314)	92	(314)
Depósitos judiciais trabalhistas	-	5.427	5.427	-
Valores a receber decorrentes de processo arbitral	-	12.885	12.885	-
Outros ativos não circulantes	31.720	-	31.720	-
<b>Total do Ativo</b>	<b>94.681</b>	<b>5.113</b>	<b>99.794</b>	<b>5.113</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	15.299	(15.299)	-	-
Outros passivos circulantes	21.127	-	21.127	-
<b>Não circulante</b>				
Provisões para riscos fiscais, civis e trabalhistas	-	20.412	20.412	-
Outros passivos não circulantes	3.730	-	3.730	-
<b>Total do Passivo</b>	<b>40.156</b>	<b>5.113</b>	<b>45.269</b>	<b>5.113</b>

3. Resumo das principais práticas contábeis

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras imediatamente conversíveis, com prazo de vencimento inferior a 90 (noventa) dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

**3.2. Instrumentos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: saldos em conta corrente e aplicações financeiras, os quais foram classificados como custo amortizado e valores a receber de clientes e valores a receber de correspondentes, os quais foram classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado (Nota Explicativa nº 6 a). Os principais passivos financeiros correspondem às obrigações com fornecedores, obrigações com partes relacionadas e passivos e encargos de arrendamento.

**Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação nas seguintes categorias: a) valor justo por meio do resultado, e ativos e passivos mensurados ao custo amortizado. **Classificação:** A Companhia classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, tendo por base o modelo de negócios e as características de fluxos de caixa contratuais. **Valor justo por meio do resultado:** São incluídos nesta categoria os passivos financeiros e ativos financeiros de dívida simples cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais. São atualizados pelo método de juros efetivos, reconhecendo as receitas ou despesas de juros no resultado, ao longo do período pertinente, com base na taxa de juros efetiva. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, considerando também se houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. A Companhia mensura a provisão para perdas em instrumentos financeiros ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** As provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) são constituídas com base na análise periódica dos ativos financeiros, em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização desses ativos (Nota Explicativa nº 16.1). **3.4. Despesas antecipadas:** São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados de despesas, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, consequentemente, são registrados no ativo considerando o princípio contábil da competência. Este grupo está composto principalmente por despesas antecipadas de benefícios de pessoal e licenças de uso de software. **3.5. Investimentos:** A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. As práticas contábeis adotadas pela entidade controlada são uniformes às adotadas pela Companhia. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação e amortização são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 8). Um item do imobilizado ou do intangível passa a ser depreciado ou amortizado, respectivamente, a partir do momento em que este é colocado em uso, e é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado ou intangível são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, bem como são reconhecidos no resultado do período. **3.7. Bens de direito de uso - CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** Os ativos registrados como bens de direito de uso, estão de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) e estão compostos basicamente pelo valor presente dos contratos de aluguel que a Companhia mantém com terceiros, nos quais estão situados os escritórios e lojas que integram a rede operacional. Esses valores afetam o resultado à medida que são depreciados, normalmente pelo prazo contratual. O período depreciável é o prazo de vigência de cada contrato ou no caso de contrato com prazo indeterminado, foi definido como prazo hábil 60 (sessenta) meses, de acordo com a experiência passada pela Administração. **3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes:** Os demais ativos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias até a data dos balanços, deduzidos das correspondentes provisões para perda ou para ajuste ao valor de mercado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 10). **Tributos correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para a empresa cuja apuração tem como base o Lucro Real. **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, se houver, serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. **Imposto de renda e contribuição social - Controlada:** O imposto de renda e a contribuição social da Controlada são apurados através do Lucro Presumido, sistematicamente regulamentada pelos arts. 587 a 594 do regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/18). Os impostos com base no Lucro Presumido foram determinados por períodos de apuração trimestrais, calculados sobre a base de 32% da receita bruta, acrescida de outras receitas operacionais. **3.10. Contribuições ao PIS e à COFINS:** A Companhia apura as contribuições para PIS e COFINS pelo regime não-cumulativo, aplicando sobre a receita bruta os percentuais de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, e apurando créditos sobre custos e despesas diretamente relacionados à prestação de serviços. As alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras são de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS. As contribuições ao PIS e à COFINS da Controlada são calculadas pelo regime cumulativo às alíquotas de, respectivamente, 0,65% e 3%. **3.11. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais e contratuais:** Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 que trata de provisões, ativos e passivos contingentes, uma provisão só deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tiver uma obrigação presente como resultado de eventos passados; (b) for provável que será necessária uma saída de recursos que incorpore benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) puder ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Os ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, porém, devem ser divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os passivos contingentes são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. Não existem ativos contingentes contabilizados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Contudo existem processos com decisões favoráveis à Companhia aguardando transitu em julgado no montante de R\$ 1.373 em 2021.

**3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) que dispõe sobre procedimentos aplicáveis a reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (Impairment), a Companhia testa, no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de que seus ativos tangíveis sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. A Companhia não identifica indícios que indiquem a necessidade de contabilizar qualquer redução ao valor recuperável dos ativos. **3.13. Reconhecimento de receita:** As receitas da Companhia são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço contratado pelo cliente. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a prestação dos serviços. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: i. Receitas de prestação de serviço - As receitas de prestação de serviço são reconhecidas pelo regime de competência com base no serviço prestado, e referem-se principalmente às comissões sobre originação de operações de crédito, serviços de gestão da produção, serviços de cobrança e agenciamento e corretagem de seguros. ii. Receitas de juros - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado. **3.14. Custo dos serviços prestados:** Os custos dos serviços prestados são compostos por despesas de pessoal e administrativas diretamente ligadas à prestação dos serviços de originação, gestão da produção, cobrança e corretagens de seguros. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2). **3.16. Resultado por ação:** O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, conforme Pronunciamento Técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é equivalente ao cálculo do lucro líquido básico por ação, por não existir nenhum efeito dilutivo potencial nas ações ou instrumentos de conversão. **3.17. Gerenciamento de risco financeiro:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. O Conselho de Administração supervisiona e acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, falhas que surgem principalmente dos valores a receber de correspondentes. Os principais ativos sujeitos a risco de crédito são as aplicações financeiras, contas a receber de clientes e valores a receber de Correspondente. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. Em relação ao impairment, a Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes.

4. Aplicações financeiras

Estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - (CDB), remunerados às taxas de 100,5% a 103,5% do CDI, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias e com possibilidade de resgate imediato. O quadro abaixo demonstra os recursos aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional de risco da agência de rating Fitch Ratings:

Instituição	Agência	Classificação de Risco	Controladora		Consolidado	
			2021	2020	2021	2020
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Fitch Ratings	A+ (bra)	21.008	42.255	22.788	43.157
Banco Bradesco S.A.	Fitch Ratings	AAA (bra)	10.068	-	10.068	-
Caixa Econômica Federal	Fitch Ratings	AA (bra)	-	2.548	-	2.548
(-) Provisão de Risco de Crédito	-	-	-	(219)	-	(223)
<b>Total</b>			<b>31.076</b>	<b>44.584</b>	<b>32.856</b>	<b>45.482</b>

5. Impostos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IR/CSLL retidos na fonte	91	191	103	193
IR/CSLL a recuperar de períodos anteriores	3.211	253	3.211	253
PIS e COFINS de créditos tributários	66	76	66	76
PIS e COFINS retidos na fonte	451	457	451	457
ISSQN retido na fonte	718	728	723	732
<b>Total</b>	<b>4.537</b>	<b>1.705</b>	<b>4.554</b>	<b>1.711</b>

6. Valores a receber de correspondentes e valores a receber de procedimento arbitral

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valores a receber de correspondentes	10.285	22.209	10.285	22.209
(-) Provisão para perda no recebimento de créditos	(10.126)	(22.071)	(10.126)	(22.071)
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>138</b>	<b>159</b>	<b>138</b>

Com base nos contratos de Prestação de Serviços de Correspondente no País Master firmados com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e com o Banco Original S.A., a Companhia indenizou e sub-rogou-se de créditos que tais instituições tinham a receber com os correspondentes substabelecidos em decorrência de cancelamentos de contratos de crédito consignado, por solicitação do próprio cliente, por irregularidades na originação ou averbação das operações. A Companhia constituiu provisão para perda no recebimento destes créditos de acordo com as políticas internas aprovadas pela Administração, e considera que tais provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas no recebimento destes créditos.

Movimentação das provisões para perda

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Saldo no início do exercício	22.071	30.402
Provisões (reversões)	2.754	214
Baixas para prejuízo	(14.699)	(8.545)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>10.126</b>	<b>22.071</b>

b. Valores a receber de procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 18)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências trabalhistas - Procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 11)	10.249	12.394	10.249	12.394
Reembolsos - Procedimento arbitral	934	491	934	491
<b>Total</b>	<b>11.183</b>	<b>12.885</b>	<b>11.183</b>	<b>12.885</b>

7. Investimento em controlada

A Bem Corretora de Seguros S.A. com sede em Porto Alegre/RS, atua como corretora de seguros referente aos ramos de pessoas, capitalização e previdência complementar aberta.

Bem Corretora de Seguros S.A.	% de participação	Saldo inicial	Resultado da equivalência	Aumento de capital	Dividendos Distribuídos	Dividendos provisionados	Saldo final
Ano 2021	100%	759	875	241	-	(219)	1.656
Ano 2020	100%	1.562	852	-	(1.442)	(213)	759

O aumento de capital na sociedade controlada foi realizado através da capitalização dos dividendos a receber decorrentes do resultado do exercício de 2020, no montante de R\$ 213, e com a integralização do saldo de R\$ 28 através de transferência bancária.

8. Imobilizado e intangível

IMOBILIZADO	Controladora			
	Benefícios em imóveis de terceiros	Móveis e equipamentos	Equipamentos de informática e outros	Total
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2020	2.765	1.357	2.725	6.847
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.204)	(1.767)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(949)</b>	<b>(227)</b>	<b>1.622</b>	<b>446</b>
Custo	3.407	4.119	8.940	16.466
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.593)	(9.173)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.816</b>	<b>1.130</b>	<b>4.347</b>	<b>7.293</b>
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	1.368	110	872	2.350
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.584)	(1.977)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.157</b>	<b>(97)</b>	<b>(718)</b>	<b>342</b>
Custo	4.642	4.116	9.644	18.402
Depreciação acumulada	(1.669)	(3.083)	(6.015)	(10.767)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.973</b>	<b>1.033</b>	<b>3.629</b>	<b>7.633</b>
<b>Taxas anuais médias de depreciação</b>	<b>10%</b>	<b>7%</b>	<b>20%</b>	
<b>IMOBILIZADO</b>				
Benefícios em imóveis de terceiros	2.765	1.357	2.728	6.850
Valor contábil líquido em 01 de Janeiro de 2020	2.765	1.357	2.728	6.850
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	157	74	2.848	3.079
Baixas	(779)	(65)	(22)	(866)
Depreciação	(327)	(236)	(1.205)	(1.768)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(949)</b>	<b>(227)</b>	<b>1.621</b>	<b>445</b>
Custo	3.407	4.119	8.944	16.470
Depreciação acumulada	(1.591)	(2.989)	(4.595)	(9.175)
<b>Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.816</b>	<b>1.130</b>	<b>4.349</b>	<b>7.295</b>
<b>Movimentações no exercício</b>				
Aquisições	1.368	110	873	2.351
Baixas	(18)	(7)	(7)	(32)
Depreciação	(193)	(200)	(1.584)	(1.977)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.157</b>	<b>(97)</b>	<b>(718)</b>	<b>342</b>
Custo	4.642	4.116	9.650	18.408
Depreciação acumulada	(1.669)	(3.083)		



BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A. - CNPJ 10.397.031/0001-81 - NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)

8. Imobilizado e intangível

	Controladora e Consolidado		
	Marcas	Softwares	Total
<b>INTANGÍVEL</b>			
Valor contábil líquido em 01 de janeiro de 2020	58	5.635	5.693
<b>Movimentações no exercício</b>			
Aquisições	-	4.238	4.238
Baixas	(13)	(584)	(597)
Amortização	-	(2.252)	(2.252)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>(13)</b>	<b>1.402</b>	<b>1.389</b>
Custo	45	10.984	11.029
Amortização acumulada	-	(3.947)	(3.947)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2020	45	7.037	7.082
<b>Movimentações no exercício</b>			
Aquisições	-	6.200	6.200
Baixas	(19)	(13)	(32)
Amortização	-	(3.734)	(3.734)
<b>Movimentação líquida em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>(19)</b>	<b>2.453</b>	<b>2.434</b>
Custo	26	16.919	16.919
Amortização acumulada	-	(7.403)	(7.403)
Valor contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	26	9.490	9.516
Taxas anuais médias de amortização	0%	33%	

9. Obrigações fiscais e previdenciárias a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda	-	-	20	9
Contribuição social	-	-	11	6
Encargos sociais	1.370	1.244	1.380	1.246
PIS/COFINS	1.312	1.279	1.316	1.282
ISSQN	680	679	685	683
Outros tributos	580	469	583	469
<b>Total</b>	<b>3.942</b>	<b>3.671</b>	<b>3.995</b>	<b>3.695</b>

10. Imposto de renda e contribuição social

10.1. Composição do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Provisão para perdas de crédito esperadas	10.126	22.290
Provisão para despesas gerais e administrativas	5.653	3.378
Provisão para indenizações contratuais	10.014	4.811
Provisão para ações cíveis e trabalhistas	5.513	8.018
<b>Base de cálculo das prov. temporariamente não dedutíveis</b>	<b>31.306</b>	<b>38.497</b>
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
<b>Imposto de renda e contrib. social sobre prov. temporárias</b>	<b>10.644</b>	<b>13.089</b>
Outras provisões indedutíveis apenas para a CSLL	1.829	1.613
<b>Base de cálculo das provisões temporariamente não dedutíveis para a CSLL</b>	<b>1.829</b>	<b>1.613</b>
Alíquota da contribuição social	9%	9%
<b>Contribuição social sobre provisões temporárias</b>	<b>164</b>	<b>145</b>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>10.808</b>	<b>13.234</b>

10.2. Estimativa de realização do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Exercício de 2021	-	4.841
Exercício de 2022	4.683	3.028
Exercício de 2023	2.075	2.352
Exercício de 2024	2.263	2.933
Exercício de 2025	1.599	80
Exercício de 2026	188	-
<b>Total</b>	<b>10.808</b>	<b>13.234</b>

O ativo fiscal diferido sobre diferenças temporárias será realizado de acordo com a efetivação da despesa provisionada, momento em que a despesa será considerada dedutível para o cálculo do imposto de renda e o ativo fiscal diferido será baixado contra o resultado do período, ou com a reversão das provisões constituídas e não realizadas, tais como as provisões para perdas de crédito esperadas e provisões para passivos contingentes.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	Controladora	
	2021	2020
<b>Resultado antes da tributação</b>	<b>44.140</b>	<b>47.232</b>
Alíquota fiscal	34%	34%
<b>Despesas de tributos à alíquota nominal</b>	<b>(15.008)</b>	<b>(16.059)</b>
<b>Tributos sobre adições e exclusões permanentes:</b>		
Despesas indedutíveis permanentes	(1.027)	(1.187)
Despesas indedutíveis de IR, dedutíveis de CSLL	(390)	(412)
Resultado de participações societárias	297	290
Incentivo da Lei do Bem	1.470	1.377
Incentivo da Lei do Bem - Ajuste retroativo ref. 2019	-	936
Incentivos fiscais (PAT)	218	175
Patrocínios e doações	368	306
Imposto de renda calculado s/ a parcela isenta do adicional de 10%	24	24
Outros	-	(5)
<b>Total do IR e CSLL no resultado</b>	<b>(14.048)</b>	<b>(14.555)</b>
Corrente	(11.622)	(8.421)
Diferido	(2.426)	(6.134)

	Controladora	
	2021	2020
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.676</b>	<b>1.372</b>
Base de cálculo presumida - 32%	536	439
Demais receitas	68	34
<b>Base de cálculo de IR e CSLL</b>	<b>604</b>	<b>473</b>
Contribuição social - 9%	(54)	(43)
Imposto de renda - 15%	(91)	(71)
Adicional de imposto de renda - 10%	(36)	(23)
<b>Total do IR e da CSLL no resultado</b>	<b>(181)</b>	<b>(137)</b>
Corrente	(181)	(137)

11. Provisão para contingências

Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. A Companhia provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável e a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Trabalhistas			
	Consolidado 2020	Trabalhistas	Arbitral	Cíveis
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>8.066</b>	<b>12.985</b>	<b>145</b>	<b>21.196</b>
Constituição e Atualização Monetária	2.477	3.107	37	5.621
Reversão da Provisão	(1.876)	(3.188)	-	(5.064)
Reversão por baixa de processos	(831)	(510)	-	(1.341)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.836</b>	<b>12.394</b>	<b>182</b>	<b>20.412</b>
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2020 - Risco Provável	5.113	-	-	-
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2020 - Risco Possível e Remoto	314	-	-	-
<b>Consolidado 2021</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Arbitral</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>7.836</b>	<b>12.394</b>	<b>182</b>	<b>20.412</b>
Constituição e Atualização Monetária	3.076	4.193	26	7.295
Reversão da Provisão	(2.556)	(4.801)	(119)	(7.476)
Reversão por baixa de processos	(2.932)	(1.537)	-	(4.469)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.424</b>	<b>10.249</b>	<b>89</b>	<b>15.762</b>
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Provável	5.675	-	-	-
Depósitos em garantia em 31 de dezembro de 2021 - Risco Possível e Remoto	651	-	-	-

(a) Cíveis: referem-se a processos decorrentes de ações declaratórias de nulidade contratual cumulada com indenização por danos morais e repetição do indébito com pedido de antecipação de tutela. Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desses processos como provável, a Administração constituiu provisão para fazer face às perdas estimadas nesses processos. Existem ainda contingências cíveis com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 1.750 (R\$ 833 em 2020), para as quais de acordo com as práticas contábeis não foram registradas provisões para contingências. (b) Trabalhistas: referem-se a processos movidos por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos no montante de R\$ 15.673 (R\$ 20.230 em 2020). Para fazer frente a tais processos a Companhia realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 5.675 (R\$ 5.113 em 2020). Com base na opinião dos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda nesses processos como prováveis, a Administração constituiu provisão para perda destes, conforme apresentada no Balanço Patrimonial. Deste montante, a Companhia registrou um contas a receber de R\$ 10.249 em 31 de dezembro de 2021

(R\$ 12.394 em 2020), na rubrica de "Valores a receber" referente ao procedimento arbitral (Nota Explicativa nº 6 b), uma vez que essas contingências têm como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012, período de responsabilidade do Banco Original S.A. (antigo acionista da Companhia), que conforme prevê o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado naquela data, deverá reembolsar à Companhia em caso de perda judicial (Nota Explicativa nº 18). Existem ainda contingências trabalhistas com possibilidade de perdas avaliadas como possíveis, no montante de R\$ 18.163 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 14.657 em 2020). Esse montante está pulverizado em reclamantes solicitando a equiparação de condição de bancário e benefícios oriundos desse vínculo. A Administração não constituiu provisão para perda, porém realizou depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2021, somam R\$ 651 (R\$ 314 em 2020). Destacamos que as premissas utilizadas para segregar curto e longo prazo, tanto dos processos trabalhistas, quanto dos depósitos judiciais foram as seguintes: • Curto prazo: foram considerados processos em fase de liquidação, execução ou execução provisória; • Longo prazo: foram considerados processos em fase recursal, que aguardam julgamento na 2ª instância ou em Tribunais Superiores. (c) Fiscais: a Companhia é parte em ação judicial de natureza fiscal movida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através de auto de infração, que constituiu um crédito tributário de Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS e COFINS referente ao exercício de 2009, no montante de R\$ 8.355 (R\$ 8.355 em 2020), já considerando a multa de ofício de 75%. A Administração não constituiu provisão para perda desta ação judicial tendo em vista a classificação de risco definido pelos assessores jurídicos, os quais avaliaram a possibilidade de perda desse processo como possível, bem como o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças assinado em 13 de março de 2012, que prevê que os processos judiciais que tenham como base fatos ocorridos com data anterior a 13 de março de 2012 são de responsabilidade do Banco Original S.A. Para fazer frente à possibilidade de perda da ação judicial, o Banco Original S.A. efetuou depósito judicial em garantia do processo (Nota Explicativa nº 18).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social e composição acionária: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 26.097, e está representado por 2.246.119 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	2021 e 2020	
	Quantidade de ações	Participação
AMCM Participações Ltda.	792.215	35,2704%
RSR Participações Societárias Ltda.	333.091	14,8296%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	1.120.813	49,9000%
<b>Total</b>	<b>2.246.119</b>	<b>100%</b>

12.2. Reservas: (a) Reserva legal: Do resultado do exercício de 2021, foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 1.504. (R\$ 1.634 em 2020). (b) Reserva para investimentos: Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 2020, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 4.134 referente ao saldo remanescente do exercício de 2019. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de março de 2021, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.210 referente ao saldo remanescente do exercício de 2020. Em 12 de novembro de 2021, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos à conta das reservas de lucros para investimentos no montante de R\$ 10.000. (c) Destinação do resultado e lucros acumulados: Do resultado do exercício de 2020, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 07 de agosto de 2020 no montante de R\$ 12.748, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de agosto de 2020, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 10 de março de 2021, foi destinado para reservas de lucros para investimentos o montante de R\$ 6.210 e para distribuição de dividendos o montante de R\$ 12.085, referente ao saldo remanescente do resultado apurado no exercício de 2020. Do resultado do exercício de 2021, não foram provisionados dividendos a pagar, pois o valor distribuído a título de dividendos intermediários em 19 de agosto de 2021 no montante de R\$ 16.252, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de agosto de 2021, foi superior ao percentual de 25% relativos aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social. O resultado remanescente do exercício de 2021 no valor de R\$ 12.336 permanece disponível para deliberação da Assembleia Geral Extraordinária.

15. Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia mantém seu foco na prestação de serviços voltados à intermediação, cobrança e gestão de carteira de empréstimos consignados, o que, em 31 de dezembro de 2021, corresponde a 99,7% das receitas da Companhia (98,7% da receita consolidada). Atualmente, esses serviços são prestados exclusivamente ao parceiro comercial e acionista Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"). Os principais saldos de ativos e passivos, bem como valores registrados no resultado do exercício originados nas operações com partes relacionadas, decorrem dessas operações que são realizadas conforme condições contratuais definidas entre as partes. Essas condições, em determinadas operações, podem não ser comparáveis caso realizadas com terceiros. Os saldos e os resultados decorrentes de transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, e estão resumidas a seguir:

15.1. Saldos e transações com empresas ligadas

Controladora	Ativos e Passivos					Resultado				
	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Comissões e serviços a receber	Dividendos a receber (pagar)	Outras contas a receber (pagar)	Receitas/despesas financeiras	Receitas de prestação de serviços	Prejuízo c/indeniz. contratuais	Despesa de Aluguéis	Benefícios de curto prazo
<b>2021</b>										
<b>Pessoas jurídicas</b>										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	811	21.008	119	-	(12.125)	1.517	154.837	(6.586)	(133)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	219	14	-	-	-	-	-
<b>Pessoas físicas</b>										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.861)
<b>Total</b>	<b>811</b>	<b>21.008</b>	<b>119</b>	<b>219</b>	<b>(12.111)</b>	<b>1.517</b>	<b>154.837</b>	<b>(6.586)</b>	<b>(133)</b>	<b>(5.861)</b>
<b>2020</b>										
<b>Pessoas jurídicas</b>										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	622	42.255	52	-	(9.833)	843	149.901	(17.867)	(263)	-
Bem Corretora de Seguros S.A.	-	-	-	213	13	-	-	-	-	-
<b>Pessoas físicas</b>										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.550)
<b>Total</b>	<b>622</b>	<b>42.255</b>	<b>52</b>	<b>213</b>	<b>(9.820)</b>	<b>843</b>	<b>149.901</b>	<b>(17.867)</b>	<b>(263)</b>	<b>(4.550)</b>
<b>Consolidado</b>										
<b>2021</b>										
<b>Pessoas jurídicas</b>										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	897	22.787	42	-	(12.125)	1.584	154.837	(6.586)	(133)	-
<b>Pessoas físicas</b>										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.892)
<b>Total</b>	<b>897</b>	<b>22.787</b>	<b>42</b>	<b>-</b>	<b>(12.125)</b>	<b>1.584</b>	<b>154.837</b>	<b>(6.586)</b>	<b>(133)</b>	<b>(5.892)</b>
<b>2020</b>										
<b>Pessoas jurídicas</b>										
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	673	43.157	52	-	(9.833)	877	149.901	(17.867)	(263)	-
<b>Pessoas físicas</b>										
Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.573)
<b>Total</b>	<b>673</b>	<b>43.157</b>	<b>52</b>	<b>-</b>	<b>(9.833)</b>	<b>877</b>	<b>149.901</b>	<b>(17.867)</b>	<b>(263)</b>	<b>(4.573)</b>

15.2. Provisão para indenizações contratuais: O contrato particular de Prestação de Serviços de Correspondente - Master firmado com o Banrisul, prevê a responsabilidade da Companhia indenizar o Banrisul pelo não recebimento de operações de crédito, originadas com base em documentação falsificada e/ou apresentem irregularidades na averbação dos contratos. A provisão constituída para este fim, em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 10.014 (R\$ 4.811 em 2020).

Provisão para indenizações contratuais	Saldo no início do período	(+) Adições/Reversões	(-) Pagamentos	Saldo no final do período
Ano 2021	4.811	19.155	(13.952)	10.014
Ano 2020	14.814	2.552	(12.555)	4.811

Em 26 de junho de 2020 a Companhia firmou juntamente ao Banrisul o Instrumento Particular de Acordo e Fluxo Operacional, com o objetivo de regularizar o saldo acumulado até 31 de dezembro de 2019 das indenizações contratuais que se mantinham em discussão sobre a responsabilidade das partes. O acordo firmado refletiu na reversão da provisão para indenizações contratuais, constituindo um passivo com partes relacionadas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 2.022 (R\$ 3.000 em 2020).

15.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração: Anualmente, em Assembleia Geral, é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social da Companhia. Em 2021 e 2020, foram pagos os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Membros da Administração - remuneração	4.698	3.616	4.724	3.635



**BEM PROMOTORA DE VENDAS E SERVIÇOS S.A.** - CNPJ 10.397.031/0001-81 – NIRE 43300054985

Rua Siqueira Campos, 1163 - 5º e 8º andar - Porto Alegre/RS

»»» Continuação

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de Reais)**

**16.3. Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Ao final do período de relatório, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros como reportado à Companhia era:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa .....	1.391	887	1.477	938
Aplicações financeiras .....	31.076	44.584	32.856	45.482
<b>Total de ativos financeiros</b> .....	<b>32.467</b>	<b>45.471</b>	<b>34.333</b>	<b>46.420</b>

**16.4. Análise de sensibilidade dos instrumentos de taxa variável:** Uma alteração de 25 pontos base na taxa de juros CDI, na data das demonstrações financeiras, teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o lucro do exercício sobre o saldo de juros não liquidado de acordo com os montantes mostrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	25 pb aumento	25 pb diminuição	25 pb aumento	25 pb diminuição
Aplicações financeiras .....	360	(360)	360	(360)
<b>Resultado líquido</b> .....	<b>360</b>	<b>(360)</b>	<b>360</b>	<b>(360)</b>

Valor justo:  
O valor justo dos ativos e passivos financeiros é considerado equivalente ao valor contábil.

**17. Gerenciamento de Riscos Operacionais**

Com o suporte de consultoria externa especializada, em 2020 e 2021 a Companhia realizou o mapeamento dos riscos operacionais atribuídos aos seus principais processos. Neste mapeamento, foram identificados pontos de controle já existentes e outros pontos de controle a serem implementados, que colaboram com a mitigação dos riscos relacionados a cada processo. Para acompanhar a implementação e a manutenção destes pontos de controle, a Companhia estruturou uma área de controles internos e um comitê de gestão de riscos que se reúne periodicamente, reportando semestralmente os resultados deste trabalho aos Conselho Fiscal e de Administração.

**18. Procedimento Arbitral Banco Original S.A.**

Em 05 de agosto de 2019 foi proferida sentença do procedimento arbitral movido em maio de 2017 pela Companhia, tendo como contraparte o Banco Original S.A., com fundamento no Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia firmado em 13 de março de 2012. O procedimento arbitral tinha por objetivo, entre outros que foram julgados improcedentes pela Câmara Arbitral, a interpretação da cláusula de responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos prejuízos oriundos de ações trabalhistas, cuja origem das ações tenham como fundamento fatos ocorridos em data anterior a 13 de março de 2012, data da compra e venda das ações da Companhia para os atuais Acionistas (Nota Explicativa nº 11 b), e medidas acautelatórias em decorrência de cobrança pela Secretaria da Receita Federal de créditos tributários relativos ao período anterior a celebração do contrato de compra e venda (Nota Explicativa nº 11 c). Referente as medidas acautelatórias relativas ao crédito tributário, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral, entretanto, esta decisão não impactará na posição patrimonial e no resultado da Companhia, visto que devido a classificação de risco do processo definida pelos assessores jurídicos do Banco Original S.A. que está conduzindo a defesa do processo, bem como a realização do depósito judicial pelo Banco Original S.A. para fazer frente aos possíveis prejuízos desta ação, a Companhia não possui provisão constituída para esse assunto. Referente a responsabilidade do Banco Original S.A. frente aos processos trabalhistas, a Companhia obteve sentença procedente no procedimento arbitral que declarou a responsabilidade do Banco Original S.A. pelas indenizações imputadas a Companhia decorrentes de processos judiciais perante a Justiça do Trabalho que reconheçam, ou venham a reconhecer, o reequilíbrio como bancário ou financeiro em favor de colaboradores que tenham sido contratados antes de 13 de março de 2012 e dispensados após esta data até o limite de 13 de março de 2018. Referente às contingências trabalhistas, o total do Passivo da Companhia é de R\$ 15.673 (R\$ 20.230 em 2020) relativos às ações com classificação de risco "Provável" (Nota Explicativa nº 11 b). Deste montante, R\$ 10.249 (R\$ 12.394 em 2020) referem-se à valores cuja responsabilidade pela indenização foi imputada ao Banco Original S.A. através do procedimento arbitral, e para os quais o Banco Original S.A. apresentou Carta Finca em garantia de ressarcimento à Companhia em caso de perda perante a Justiça do Trabalho. Cabe salientar, que segundo o Processo Arbitral o Banco Original deve ressarcir à Companhia os valores dos processos já translatados em julgado, cujo montante em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 934 (R\$ 492 em 2020).

Conselho de Administração				Diretoria		Contador		
<b>Nelson Marchesan Junior</b> Presidente	<b>Ricardo Russowsky</b> Conselheiro	<b>Daniel Matone</b> Conselheiro	<b>Cláudio Matone</b> Conselheiro	<b>Artur José de Lemos Junior</b> Conselheiro	<b>Gustavo Fiuza Lima de Souza</b> Diretor Presidente	<b>Bruno Fronza</b> Diretor Administrativo e Financeiro	<b>Ricardo Padoin Nenê</b> Diretor de Tecnologia	<b>Ronaldo Maciel de Ávila Junior</b> Contador - CRC/RS 074.550/O-2

**Parcer do Conselho Fiscal**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II, III e VII do artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes e nos esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações financeiras estão em condições de serem apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e recomendamos sua aprovação.

<b>Mauro Renato Flores</b> Presidente	<b>Luiz Alcides Capoani</b> Conselheiro	<b>Luiz Carlos Caio Tomazeli</b> Conselheiro
--	--	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A.

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. ("Bem Promotora"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Bem Promotora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase:** *Transações com partes relacionadas:* Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, que descreve as características, volumes e condições em que as operações foram firmadas entre a Bem Promotora e suas partes relacionadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos:** *Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020:* Os valores correspondentes relativos as demonstrações financeiras individual e consolidada de 31 de dezembro de 2020, preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes dos assuntos mencionados na nota 2.7, foram anteriormente auditados por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 03 de março de 2021, sem modificação. Como parte da nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os ajustes descritos na nota 2.7 não foram auditorados por nós, nem por outros auditores independentes.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Bem Promotora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente-

mente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Bem Promotora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Bem Promotora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Bem Promotora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Bem Promotora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Bem Promotora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2022

**Deloitte** DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

João Paulo Stellfeld Passos  
Contador  
CRC nº 1 PR 053072/O-7

## PROTOCOLO DE ASSINATURAS JORNAL DO COMÉRCIO

Para download do arquivo contendo a certificação digital clique no link:

<https://www.jornaldocomercio.com/edicao/jornal/jcomercio/2022/02/25/1952/issue9304.pdf>

Para verificar a autenticidade do documento acima acesse o site do ITI, ferramenta indicada pela ICP Brasil para validação do certificado digital:

<https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.7/>

Selecione o PDF baixado e clique em verificar conformidade:

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

VERIFICADOR DE CONFORMIDADE

Arquivo de assinatura (recomenda-se os formatos .p7s, .xml, .pdf):

Selecione o arquivo de assinatura...

SELECIONAR ASSINATURA

VERIFICAR CONFORMIDADE

O documento foi assinado digitalmente pela Empresa Jornalística JC Jarros CNPJ 92.785.989/0001-04 com certificado digital reconhecido pelo ICP Brasil.

